

O Regime Jurídico da Expulsão de Estrangeiros no País

À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL



2015

Luis Vanderlei Pardi

O REGIME JURÍDICO DA EXPULSÃO
DE ESTRANGEIROS NO PAÍS
À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
E DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS

© Almedina, 2015

AUTOR: Luis Vanderlei Pardi
DIAGRAMAÇÃO: Almedina
DESIGN DE CAPA: FBA
ISBN: 978-858-49-3009-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pardi, Luis Vanderlei

O regime jurídico da expulsão de estrangeiros no Brasil :
uma análise à luz da Constituição Federal e dos tratados
de direitos humanos / Luis Vanderlei Pardi. – São Paulo :

Almedina, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-009-8

1. Brasil – Constituição (1988) 2. Direitos humanos
3. Estrangeiros 4. Estrangeiros – Jurisprudência – Brasil
5. Estrangeiros – Leis e legislação – Brasil I. Título.

15-01239

CDU-347.176.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito dos estrangeiros : Direito
civil 347.176.2(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Março, 2015

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo - Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
LISTA DE SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	15
 PARTE I – O REGIME JURÍDICO DA EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO NO BRASIL E SUAS INADEQUAÇÕES	 25
1. O HISTÓRICO DA EXPULSÃO NO BRASIL	27
1.1. O Fluxo Migratório	27
1.2. A Expulsão de Estrangeiros	32
 2. O CONCEITO DA EXPULSÃO NO BRASIL	 53
2.1. O Conceito e seus Elementos	53
2.1.2. A Motivação	60
2.1.3. A Condenação Criminal como Motivação Majoritária dos Casos de Expulsão no Brasil	 73
2.2. A Natureza Jurídica	76
2.2.1. A Expulsão como Pena ou Medida Administrativa	78
2.3. O Condenado Estrangeiro e a Expulsão	85
 3. A DECRETAÇÃO E A REVOGAÇÃO DA MEDIDA EXPULSÓRIA	 101
3.1. A Autoridade Competente	101
3.2. A Decretação da Medida Expulsória	104
3.3. A Revogação da Medida Expulsória	108

3.4.	A Medida Judicial Cabível Contra a Expulsão	113
3.5.	Casos de Expulsão em Curso no Supremo Tribunal Federal	114
4.	OS EFEITOS DA DECISÃO DE EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO	121
4.1.	A Origem da Proibição de Reingresso	121
4.2.	A Penalização Criminal do Reingresso	123
4.3.	O Caráter Perpétuo da Expulsão	125
5.	A VISÃO DO GOVERNO BRASILEIRO SOBRE A EXPULSÃO	129
5.1.	A Discrecionariiedade do Governo Brasileiro como Justificativa	129
5.2.	A Criminalidade Internacional e o Terrorismo	133
PARTE II – A MEDIDA DE AFASTAMENTO DE ESTRANGEIRO EXPULSO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS		145
6.	A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SEU IMPACTO EM TODOS OS ATOS DO ESTADO	147
7.	A EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO NOS TRATADOS E SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	161
7.1.	Tratados de Direitos Humanos do Sistema Global de Proteção	161
7.1.1.	A Convenção dos Refugiados	164
7.1.2.	A Convenção Contra a Tortura de 1984	165
7.1.3.	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966	167
7.1.4.	A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1966	174
7.1.5.	A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989	174
7.1.6.	A Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas do Desaparecimento Forçado de 2010	175
7.1.7.	A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias de 2003	176

7.1.8	O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas de 2000	178
7.1.9.	A Comissão de Direito Internacional da Assembleia Geral da ONU – Relatoria Especial	178
7.2.	A Convenção Europeia e o Sistema Europeu de Direitos Humanos	186
7.3.	A Convenção Americana ou Pacto de San Jose da Costa Rica de 1969 e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos	205
7.4.	A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981	218
7.5.	A Carta Árabe de Direitos Humanos de 2004	219
7.6.	Outros Instrumentos Legais Regionais	220
7.7.	Métodos de Expulsão nos Instrumentos Internacionais	221
8.	O MODELO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONALMENTE ADEQUADO DA MEDIDA DE AFASTAMENTO DO EXPULSANDO DO PAÍS	227
	CONCLUSÃO	235
	BIBLIOGRAFIA	243
	ANEXO	249
	I – Depoimentos de Estrangeiros Reingressos no País	251
	II – Estatísticas	259
	a) Números de Expulsões Decretadas de 2007 a 2012	259
	b) Números de Expulsões Efetivadas de 2007 a 2012	259
	c) Decretos ou Portarias Ministeriais Revogadas de 2007 a 2012	260
	d) Expulsões obstadas pelos Tribunais Superiores de 2007 a 2012	260
	e) Estrangeiros Autuados por Reingresso no Brasil de 2007 a 2012	261